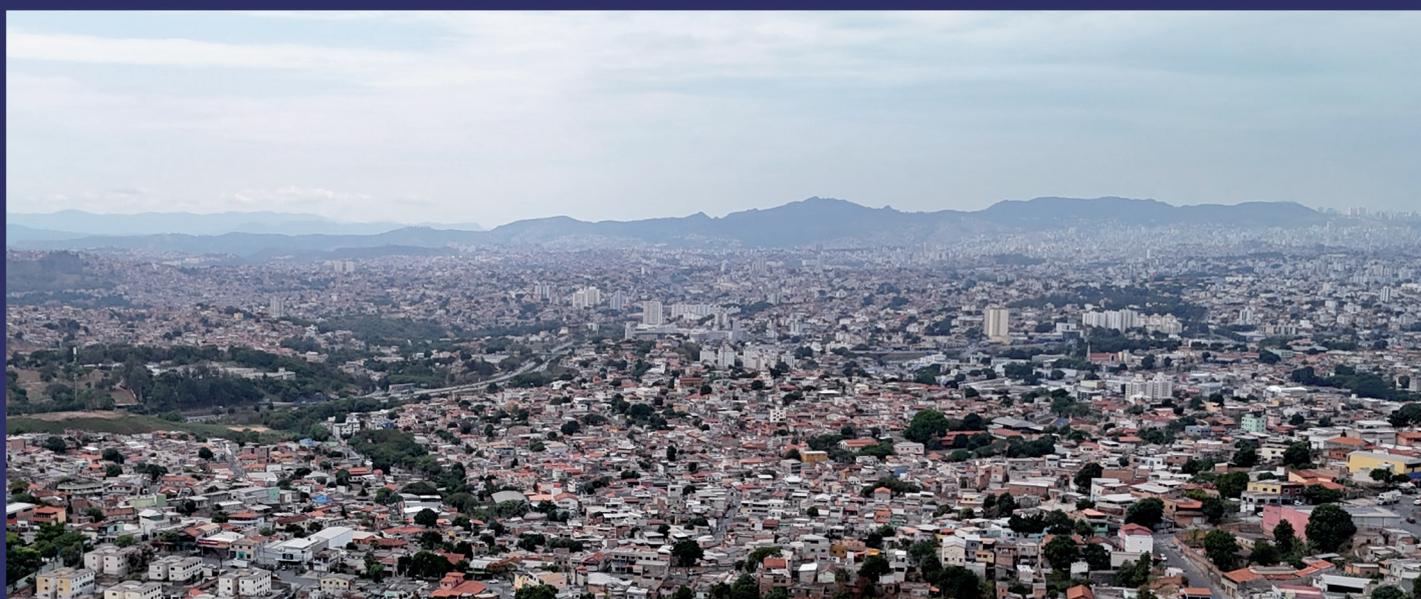


AGÊNCIA RMBH 15 ANOS:



realizações, desafios e horizontes



**PANORAMA
METROPOLITANO**

**PLANEJAMENTO
URBANO**

**REGULAÇÃO E
FISCALIZAÇÃO**

AGÊNCIA

RMBH

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



**MINAS
GERAIS**

GOVERN
DIFEREN
ESTADO
EFICIENTE

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Romeu Zema Neto
Governador

Mateus Simões de Almeida
Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Pedro Bruno Barros de Souza
Secretário de Estado

Pedro Calixto Alves de Lima
Secretário-Adjunto

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Marcus Vinicius Mota de Meira Lopes
Diretor-Geral

Gabriel Ferreira Menezes Guimarães
Chefe de Gabinete

Clarice Gonçalves Santos do Vale
Chefe do Núcleo de Assessoramento Técnico Especial

Charliston Marques Moreira
Diretor de Planejamento Metropolitano Articulação e Intersetorialidade

Gabrielle Sperandio Malta
Diretora de Regulação Metropolitana

Nelson Luiz Pimenta
Diretor de Inovação e Logística em exercício

Barney Oliveira Bichara
Procurador-Chefe

Jânia Marisa Malheiros
Auditora Seccional

Francielle Cristina Ferreira Cota
Assessora-Chefe de Comunicação Social





SUMÁRIO

Pág. 6

Panorama Metropolitano:
a RMBH e o cenário nacional

Pág. 14

Processos:
Regulação e Fiscalização
Metropolitanas

Pág. 19

Projetos:
Planejamento Metropolitano

Pág. 38

Horizontes e Perspectivas

Em 2024, a Agência RMBH completou 15 anos de existência e sua atuação herda o legado de planejamento metropolitano iniciado desde os anos 1970. Ao longo dessa jornada, a autarquia tem se consolidado como referência nacional em busca do fortalecimento da governança e do planejamento metropolitanos, da otimização de processos e do diálogo interfederativo. Diante deste marco temporal importante, a Agência RMBH realizou a revisão da sua estratégia, e este documento apresenta as realizações do ano de 2024, com foco nas melhorias processuais implementadas e macroprojetos metropolitanos, além de sua participação no cenário nacional e internacional de discussões sobre a governança e serviços metropolitanos.



PANORAMA METROPOLITANO: a RMBH e o cenário nacional

Em 2024, a Agência RMBH completou 15 anos de existência e sua atuação herda o legado de planejamento metropolitano iniciado desde os anos 1970. Ao longo dessa jornada, a autarquia tem se consolidado como referência nacional em busca do fortalecimento da governança e do planejamento metropolitanos, da otimização de processos e do diálogo interfederativo. Diante deste marco temporal importante, a Agência RMBH realizou a revisão da sua estratégia, e este documento apresenta as realizações do ano de 2024, com foco nas melhorias processuais implementadas e macroprojetos metropolitanos, além de sua participação no cenário nacional e internacional de discussões sobre a governança e serviços metropolitanos.

A Agência RMBH e o Arranjo Interfederativo

A questão urbana brasileira é de grande complexidade e, desde a institucionalização das primeiras oito Regiões Metropolitanas do país, em 1973, a discussão metropolitana tem sido amadurecida. De forma geral, a literatura trata as metrópoles como espaços urbanos onde o limite local ultrapassa a barreira formal de demarcação, compartilhando benefícios e desafios em escala. Nas metrópoles, a gestão dos serviços públicos feita apenas em nível local torna-se inviabilizada, uma vez que estas unidades compartilham entre si as necessidades por serviços urbanos. Dentro desta perspectiva, observa-se a necessidade de coordenação entre as esferas governamentais, de âmbito local, estadual e nacional, em prol da execução das políticas públicas metropolitanas. Este compartilhamento de responsabilidades demanda um arranjo institucional de gestão coeso e que considere as competências de cada um dos entes federativos.

No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), pioneira na institucionalização dos novos arranjos democráticos de gestão, as Lei Complementares Estaduais nº 88 e nº 89, de 12 de janeiro de 2006, estabeleceram o arranjo institucional metropolitano, contando com estruturas diretivas (Assembleia Metropolitana), de deliberação (Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano – CDDM-RMBH) e de financiamento (Fundo de Desenvolvimento Metropolitano - FDM). Conforme a Lei Complementar nº 89 de 2006, o FDM é instrumento de financiamento das políticas públicas e projetos metropolitanos, e seus recursos são compostos por 50% de contribuições dos municípios da RMBH e 50% do Estado de Minas Gerais. O valor anual de contribuição dos municípios é auferido pela divisão proporcional à Receita Corrente Líquida de cada município. Já a Assembleia Metropolitana é responsável pelas Macro diretrizes da Metrópole, e é uma instância formada pelos 34 Prefeitos e 34 Presidentes de Câmara dos municípios da RMBH, três representantes do Estado de Minas Gerais, e um representante da Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG. Já o CDDM-RMBH, é o órgão deliberativo do arranjo, um espaço político de decisão sobre as políticas públicas metropolitanas. Ele é formado por cinco representantes do Estado de Minas Gerais, dois representantes da ALMG, dois representantes dos municípios de Belo Horizonte, um representante do município de Contagem e outro de Betim, três representantes dos demais 31 municípios da RMBH e dois representantes da sociedade civil organizada. Os representantes dos 31 municípios e da sociedade civil são eleitos em Conferência Metropolitana, evento realizado bianualmente pela Agência RMBH.

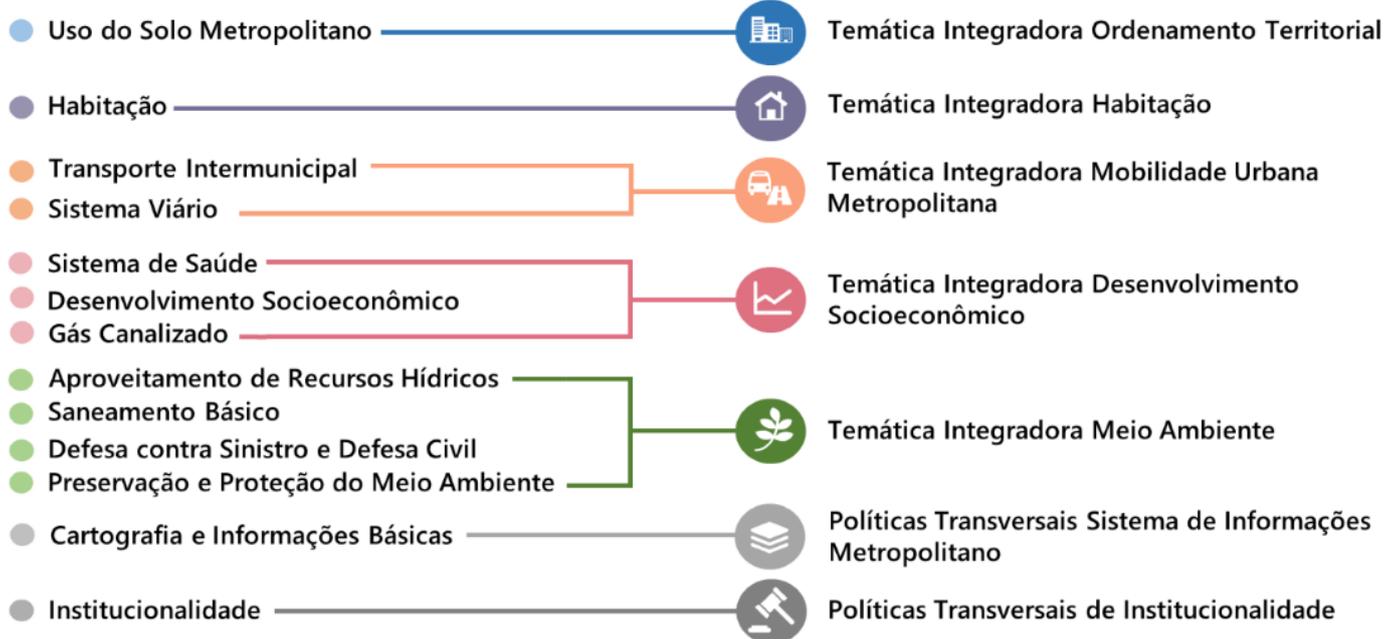
Como braço executivo deste arranjo, a Lei Complementar Estadual nº 107, de 12 de janeiro de 2009, criou a Agência RMBH, e estabeleceu como funções da autarquia o planejamento, assessoramento e regulação urbana, a viabilização de instrumentos de desenvolvimento integrado da região, e apoio à execução de funções públicas de interesse comum (FPICs). Na vanguarda legislativa nacional, a estrutura do arranjo interfederativo

mineiro inspirou o Estatuto da Metrópole, marco regulatório nacional das regiões metropolitanas, sancionado em 2015. As FPICs são definidas pelo Estatuto da Metrópole como “políticas públicas ou ações nelas inseridas cuja realização por parte de um município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em municípios limítrofes”, e, neste caso, são a materialização dos serviços e políticas públicas que extrapolam os aspectos municipais, como ressaltado anteriormente.

Também, a autarquia atua no planejamento e viabilização dos instrumentos de desenvolvimento integrado na região, notadamente o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). No ano de 2011, foi entregue o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI-RMBH, e aqui destaca-se, novamente, a vanguarda do arranjo metropolitano da RMBH. O PDDI-RMBH é instrumento previsto na legislação metropolitana mineira, e seu processo de elaboração é marco nacional nos esforços para o planejamento metropolitano, servindo como base para a proposição nacional dos PDUIs. Dado o lapso temporal desde sua elaboração, e a própria previsão de atualização do documento, a Agência RMBH iniciou o processo de atualização do Plano, adequando a nomenclatura à perspectiva nacional: PDUI-RMBH. A atualização preza pela valorização do trabalho realizado anteriormente, buscando alinhar as proposições feitas à realidade atual, considerando, também, a rapidez das mudanças nas diversas áreas afetas ao planejamento urbano e à vida contemporânea. No documento, propõe-se a divisão das FPICs previstas na LC nº 89 de 2006 em temáticas integradoras, com o objetivo de aprimorar as políticas propostas em cada área, considerando a importância do amadurecimento institucional transversalmente, conforme abaixo:

FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM (Lei complementar 89/2006)

TEMÁTICA



Discussões Metropolitanas Nacionais e Internacionais

Dadas as alterações no cenário nacional e dos aprimoramentos necessários à governança institucional, com o intuito reativar e construir uma rede de debates e de compartilhamento de temáticas e desafios referentes às regiões metropolitanas, a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH realizou o Encontro de Entidades Metropolitanas, no dia 21 de maio de 2021, que culminou na reativação do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas – FNEM. O FNEM é uma associação sem fins lucrativos, que congrega e representa entidades e órgãos públicos dos Estados da Federação responsáveis por temas relacionados às regiões metropolitanas brasileiras, com o objetivo de promover a valorização do planejamento e gestão do espaço metropolitano, bem como a participação efetiva de organismos metropolitanos na formulação e implementação das políticas de desenvolvimento urbano e regional.



A Agência RMBH esteve presidente do FNEM durante o período de 2021 a 2023, e no biênio de 2024-2025, a autarquia permanece na Diretoria-Executiva como Secretária-Executiva do FNEM, tendo sido responsável pela reativação do Fórum, organizado eventos, e participado de diversas discussões nacionais e internacionais acerca do planejamento urbano e metropolitano, foco de atuação desta Agência RMBH. As discussões do FNEM durante o ano de 2023 perpassaram a ótica da governança interfederativa, dado que o fato metropolitano, especialmente no Brasil, levanta discussões sobre o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federativos e a construção de uma agenda metropolitana capaz de lidar com os desafios discutidos em escala nacional e internacional.

Diante da importância da temática e do compartilhamento de experiências para a superação dos desafios metropolitanos, a Agência RMBH tem participado de eventos nacionais e internacionais sobre pautas afetas, inclusive na elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU, coordenada pelo Ministério das Cidades. No cenário internacional, a Agência RMBH esteve presente no *SmartCity Expo World Congress* (SCEWC24), maior e mais influente evento do mundo para cidades e inovação urbana. Todos os anos, o SCEWC reúne líderes de

empresas, governos e organizações globais para proposições para o futuro do ambiente urbano. O objetivo do evento é de coletivizar a inovação urbana e capacitar as cidades para enfrentar os desafios críticos que o mundo enfrenta atualmente, em direção a cidades verdes, eficientes, prósperas e inclusivas.





Além do evento em Barcelona, a autarquia foi convidada a palestrar e participar da *Cumbre Internacional del Hábitat de América Latina y el Caribe* – CIHALC, um fórum internacional e intergovernamental, organizado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – ONU-Habitat em aliança com a Universidad de Guadalajara – UDG, que tem como objetivo a promoção do diálogo, cooperação e o debate de soluções para as cidades da América Latina e Caribe, além de acompanhar a implementação das agendas globais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Nova Agenda Urbana na região. A partir do reconhecimento das identidades latino-americanas, em suas semelhanças e diferenças entre os territórios, a CIHALC propõe uma plataforma para pensar e criar resultados implementáveis para mitigar os desafios sociais, ambientais e territoriais no ambiente urbano, sendo um espaço acadêmico, liberal, democrático e diplomático com foco no diálogo, na colaboração e na aprendizagem coletiva entre a sociedade, a academia, o setor governamental e o setor privado.



O esforço da presença nestes eventos é importante para a manutenção da Agência RMBH como vanguardista entre as entidades técnicas-executivas das regiões metropolitanas brasileiras, ao mesmo tempo em que a posiciona como ator relevante nas discussões sobre desenvolvimento urbano, governança e políticas públicas, estando alinhada, portanto à sua visão, estabelecida em planejamento estratégico, de “ser referência nacional na governança metropolitana para a desenvolvimento e promoção de qualidade de vida de seus habitantes”. Também, ressalta-se o fortalecimento da imagem institucional da autarquia e ampliação da rede de contatos governamentais e não governamentais.

A valorização do trabalho técnico e institucional é necessária para o aprimoramento do arranjo metropolitano da RMBH: como mecanismo de incentivo à cooperação dos municípios, que veem a Agência RMBH como parceiro técnico na execução de políticas metropolitanas; na relevância dos pareceres elaborados pela Agência RMBH levados às instituições de governança; e, no próprio fortalecimento do arranjo metropolitano como instrumento de manejo das demandas interfederativas.

Planejamento Estratégico da Agência RMBH

A visão da Agência RMBH, explicitada anteriormente, nasceu do trabalho coletivo de seus técnicos na elaboração do **planejamento estratégico** da autarquia, a partir de um processo estruturado que buscou avaliar a atuação da autarquia nestes 15 anos, entendendo os desafios de gestão da metrópole e suas perspectivas futuras. O processo de elaboração do planejamento estratégico da autarquia procurou explorar os principais elementos que compõem sua missão, visão e valores, entendendo que estes elementos sustentam decisões, orientam a atuação dos servidores e estabelecem alicerces para o desenvolvimento institucional, dado o caráter técnico-executivo da Agência RMBH.

Uma missão clara e valores sólidos desempenham papel importante na consolidação da identidade do órgão, não apenas em âmbito interno, mas, especialmente, em sua atuação conjunta com os municípios metropolitanos e demais órgãos Estaduais, além das trocas com entidades externas, Governo Federal, organismos internacionais, e parceiros nacionais no enfrentamento dos desafios metropolitanos. Ao mesmo tempo, a visão oferece o direcionamento da atuação da Agência RMBH, sendo guia das ações técnicas e políticas necessárias para a contribuição com a sociedade metropolitana.

A partir do trabalho realizado, a Agência RMBH estabeleceu sua missão, visão e valores como as seguintes:

Missão: *“Coordenar o desenvolvimento da RMBH para a promoção da qualidade de vida dos cidadãos metropolitanos, por meio do planejamento territorial e da cooperação entre os entes federativos e a sociedade, sustentado por diretrizes técnicas e executivas.”*

Valores:

- 1- Eficiência e competência técnica;
- 2- Integridade;
- 3- Gestão participativa e zelo pelo arranjo metropolitano;
- 4- Inovação em política metropolitana;
- 5- Cidadania metropolitana.

Visão: *“Ser referência nacional na governança metropolitana para o desenvolvimento e promoção de qualidade de vida de seus habitantes”.*



Efetivamente, a missão da Agência RMBH procura resumir seu propósito disposto em Lei, e retomar conceitos importantes da sua atuação como órgão técnico-executivo do Arranjo Metropolitano. Integrando o Poder Público, a promoção da qualidade de vida dos cidadãos não deixaria de constar em sua missão, já que este é seu dever primário. Os conceitos de coordenação e cooperação não se confundem, especialmente no contexto federalista, uma vez que os entes federativos optam por agir cooperativamente, enquanto, por meio da coordenação, agem de forma induzida. Entendendo a dimensão do espaço metropolitano, observa-se que o compartilhamento de responsabilidades demanda um arranjo institucional de gestão coeso, que considere as competências de cada um dos entes federativos e, ao mesmo tempo, a interação com a sociedade civil organizada e mercado, em busca de resultados que aprimorem a execução de políticas públicas voltadas para os cidadãos metropolitanos, de maneira coerente com a realidade vivida, para além da divisão administrativa do território. Por fim, procurou-se retomar o planejamento territorial como pilar de atuação da Agência RMBH, em busca de diretrizes que conduzam a expansão e regulação do uso do solo urbano e dos recursos metropolitanos.

De forma concomitante, os princípios éticos que regem a tomada de decisões foram delimitados em cinco valores. Os dois primeiros, Eficiência e competência técnica; e Integridade, traduzem a impor-

tância dada ao trabalho correto e normativo, e fazem referência, também, aquilo que é premente dentro do serviço público. A Gestão participativa e zelo pelo arranjo metropolitano retomam a importância dada à coordenação e cooperação, prementes ao trabalho interfederativo. A gestão participativa foi destacada, pois considera-se primordial o diálogo com a sociedade, em seus diversos setores e seguimentos, enquanto o zelo pelo arranjo metropolitano reforça a característica articuladora da autarquia dentro do arranjo proposto pela legislação metropolitana.

O quarto valor caminha com o anterior e procura trabalhar o caráter técnico e executivo da autarquia em torno de dois conceitos importantes de política, que exigem inovações constantes por parte do Poder Público. Por um lado, política como conceito explorado dentro da teoria do Estado, como arena de discussões e construção de consensos, dada a gestão interfederativa e o diálogo inerente ao arranjo. Por outro, tem-se política pública como pilar dos trabalhos da Agência RMBH, uma vez que as FPICs preveem a utilização dos ciclos de políticas públicas na condução da execução de seus respectivos projetos e ações. Como último valor, a Cidadania metropolitana foi trazida de forma transversal, perpassando todos os demais. Aqui, destaca-se o conceito de cidadania metropolitana trabalhada diretamente por autores que tratam da RMBH, Guia de Cidadania e Identidade Metropolitana na RMBH, organizado por Clarice

Libânio:

“cidadania metropolitana [...] indica a perspectiva de que em um território conurbado e interconectado por vários fluxos – de pessoas, produtos, serviços, recursos e desafios –, como é o caso da RMBH, é preciso pensar-se e viver como cidadão da metrópole como um todo, e não apenas de um município em particular, abraçar a região e participar de seus rumos e da tomada de decisões sobre ela”.

Nesse contexto, a cidadania metropolitana é primordial para o funcionamento do arranjo interfederativo como um todo, sem a qual não é possível fomentar e internalizar a identidade metropolitana pela sociedade e instâncias de governo. Entende-se que as rotinas cotidianas ajudam a criar e fortalecer a identidade de um lugar ou território, e, ao mesmo tempo, são essenciais para a continuidade e legitimidade das instituições, neste acaso, metropolitanas, e emergem das interações com o espaço. Entende-se que a identidade é mais que uma escolha, é uma prática, vivida e sentida, e a identidade metropolitana é criada e fomentada pelo exercício da cidadania.

Por fim, a visão reflete a imagem que a Agência RMBH aspira alcançar. O exercício da missão, a partir dos valores escolhidos, tem o objetivo de alcançar a perspectiva apontada pela visão. Como apontado anteriormente, a Agência RMBH sempre esteve na vanguarda nacional, e este trabalho estratégico pretende não apenas mantê-la nesta posição, especialmente quando falamos sob uma ótica normativa, mas também na execução dos serviços metropolitanos, trabalhando as situações presentes na construção de um futuro metropolitano mais justo para seus cidadãos.

Acordos de Governança na RMBH

GESTÃO DA BACIA E DA LAGOA DA PAMPULHA



Com o objetivo de adotar ações conjuntas de revitalização e de promoção da Segurança Hídrica e da sustentabilidade da Bacia e da Lagoa da Pampulha foi firmado, em outubro de 2024 e com vigência de 24 meses, CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO entre o Estado de Minas Gerais, por meio da Agência RMBH e do Igam, e os Municípios de Belo Horizonte e Contagem, com a Interveniência da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa, e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em uma conjugação de esforços administrativos e financeiros, visando:

- implementação do Sistema de Governança e Gestão para as ações de revitalização e de promoção da Segurança Hídrica e da sustentabilidade da Bacia e da Lagoa da Pampulha.
- realização de diagnóstico sistêmico, abrangente e integrado das causas de poluição da Lagoa da Pampulha.
- elaboração e aprovação do primeiro Plano de Revitalização e Promoção da Segurança Hídrica da bacia e da Lagoa da Pampulha.
- elaboração de estudos para a implementação do sistema e dos instrumentos de governança e gestão que assegurem a implementação de ações permanentes de revitalização e de promoção da Segurança Hídrica e da sustentabilidade da Bacia e da Lagoa da Pampulha.

PARQUE LINHA FÉRREA



O Parque da Linha Férrea é um projeto público de transformação da antiga faixa ferroviária entre os municípios de Belo Horizonte e Nova Lima em um espaço de lazer, mobilidade urbana e preservação ambiental.

No dia 25 de junho de 2024, foi assinado o Termo de Acordo Preliminar referente à Ação Civil Pública nº 1010301-98.2022.4.01.380, o que prevê destinação à área da União entre os municípios de Nova Lima e Belo Horizonte. Alinhado com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o acordo foi assinado entre a Agência RMBH, Estado de Minas Gerais, Instituto Estadual de Florestas (IEF), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), União, Municípios de Belo Horizonte e Nova Lima, busca proteger essa área, que abrigará o Parque da Linha Férrea.

O termo prevê a criação de áreas verdes urbanas, o não adensamento da região, proteção do patrimônio histórico e compatibilização com soluções de mobilidade, conciliando o desenvolvimento sustentável com a proteção do meio ambiente. O projeto preliminar também inclui a criação de um parque ecológico com mais de 7,36 hectares de área verde, além de praças públicas, trilhas, um parque linear na linha férrea, com uma melhor interligação entre os bairros. O acordo ainda destaca a necessidade de ações coordenadas para enfrentar os desafios de infraestrutura e mobilidade na confluência dos municípios de Belo Horizonte e Nova Lima, especialmente nas áreas de expansão urbana do Vetor Sul. As partes se comprometem a produzir documentos e informações que viabilizem a futura celebração de contratos de destinação de imóveis da União aos Municípios, com o objetivo de criar as áreas verdes urbanas e conservar a Linha Férrea do antigo Ramal Ferroviário de Águas Claras, reconhecida no documento como patrimônio histórico e cultural.

PROCESSOS: Regulação e Fiscalização Metropolitanas

A Diretoria de Regulação Metropolitana (DR) desempenha um papel estruturante na ordenação territorial dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e de seu Colar Metropolitano. A DR é composta por duas unidades principais: a Gerência de Apoio à Ordenação Territorial (GAOT) e a Gerência de Fiscalização (GF). Cada uma dessas gerências contribui significativamente para o desenvolvimento metropolitano, assegurando que as diretrizes urbanísticas sejam seguidas e que o uso do solo seja regulado de acordo com as normas vigentes.

O Licenciamento Urbanístico Metropolitano é uma das principais atividades da GAOT, envolvendo duas fases críticas: a emissão da Diretriz Metropolitana e a Análise e Emissão de Anuência Metropolitana. A Diretriz Metropolitana é um documento técnico que estabelece orientações e requisitos urbanísticos específicos para os projetos de parcelamento do solo, enquanto a Anuência Metropolitana atesta a conformidade dos projetos com a legislação vigente e com as diretrizes de desenvolvimento urbano metropolitano. A gerência investiu na automação das análises técnicas e na padronização de documentos internos, como relatórios técnicos e pareceres, para assegurar uma avaliação consistente e de alta qualidade. Esses esforços não apenas agilizaram os processos de licenciamento, mas também reduziram erros e aumentaram a eficiência, permitindo que os técnicos se concentrassem em aspectos mais complexos das análises.

A Gerência de Fiscalização (GF) é outra unidade fundamental da DR, focada na fiscalização do uso e parcelamento do solo na RMBH e em seu Colar Metropolitano. Sua principal missão é garantir o cumprimento das normas e diretrizes de planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, conforme definido pela legislação vigente.



A GF atua em estreita colaboração com os 34 municípios da RMBH e os 16 do Colar Metropolitano, instaurando processos administrativos de fiscalização com base em solicitações de vistorias oriundas de cidadãos, representantes municipais, Ministério Público de Minas Gerais e empreendedores. A partir dessas vistorias, são verificadas a conformidade com as normas urbanísticas e emitidos Autos de Fiscalização que detalham as irregularidades encontradas.

Aqui, sintetizamos as ações e entregas mais relevantes realizadas pela DR durante o ano de 2024. Com o objetivo de informar os cidadãos mineiros sobre os projetos e investimentos públicos, destacam-se os resultados concretos e o impacto dessas ações no cotidiano da população.

Resultados da Gerência de Fiscalização (GF)

Em 2024, a GF implementou importantes iniciativas de modernização e qualificação das atividades de fiscalização. Destaca-se:

- **Curso de Pilotagem em Drone:** Realizado em parceria com o programa SEED/GOV-MG e a startup Verde Drone, o curso qualificou servidores da Agência para o uso de drones nas vistorias, uma tecnologia que aumenta a precisão e a eficiência nas fiscalizações de solo metropolitano.



- **Adoção de Drone nas Vistorias:** Após a capacitação e aquisição dos drones, as vistorias passaram a contar com essa tecnologia, proporcionando uma visão mais ampla e detalhada das áreas vistoriadas.

- **Reposicionamento da Metodologia de Vistorias:** O processo de fiscalização foi reformulado conforme as exigências do novo Decreto de Fiscalização. Agora, os fiscais realizam as vistorias em duplas de modo a conferir segurança técnica e conformidade legal ao procedimento.

- **Publicação do Novo Decreto de Fiscalização:** A regulamentação aprimorou a segurança jurídica do processo de fiscalização, solucionando lacunas e proporcionando maior clareza ao fluxo de trabalho.

- **Revisão de Documentos e Processos:** Todos os documentos processuais foram atualizados para garantir clareza e eficiência. Além disso, o fluxo operacional da fiscalização foi revisado e os processos pendentes foram saneados, modernizando a gestão processual da GF.

- **Inovação e Preparação para BI de Gestão de Processos:** Com a migração para uma nova planilha de dados, a GF preparou o caminho para a criação de um BI de gestão de processos, oferecendo uma visualização e análise detalhada de todos os dados coletados.

NÚMEROS DA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EM 2024

Acordos administrativos firmados	1
Autos de Fiscalização emitidos	101
Autos de infração aplicados	38

Resultados da Gerência de Apoio à Ordenação Territorial (GAOT)

A GAOT consolidou projetos voltados à transparência e eficiência na regularização do uso do solo, além de aprimorar a análise e gestão de dados espaciais. As principais entregas incluem:

- **Revisão do Ofício Padrão de Pendência:**

A atualização do modelo de notificação tornou o documento mais claro e direto, facilitando a comunicação com os interessados.

- **Cartilha de Entendimentos GAOT:** Desenvolvida para padronizar e esclarecer procedimentos, aumentando a transparência e eficácia no processo de regularização do solo.

- **Planilha Automatizada de Análise e Implementação de Q-Gis:** Ferramentas como a planilha automatizada de análise e o Q-Gis facilitam e padronizam o processo de análise, permitindo ainda uma visão espacial e integrada das informações.

- **Painel BI de Gestão Interna e Metrópole Inteligente (BI Público):**

A construção desses painéis permite o acompanhamento interno e externo dos dados de processos, promovendo uma gestão baseada em dados.

- **Intercâmbios e Parcerias:** Em colaboração com FNEM, AGEM Sorocaba e AMEP-Paraná, realizamos encontros presenciais e on-line de trocas de experiências que agregaram valor ao processo de ordenação territorial da RMBH.

NÚMEROS HISTÓRICOS

ANÁLISES TOTAIS: 725

**PROCESSOS ABERTOS:
282**

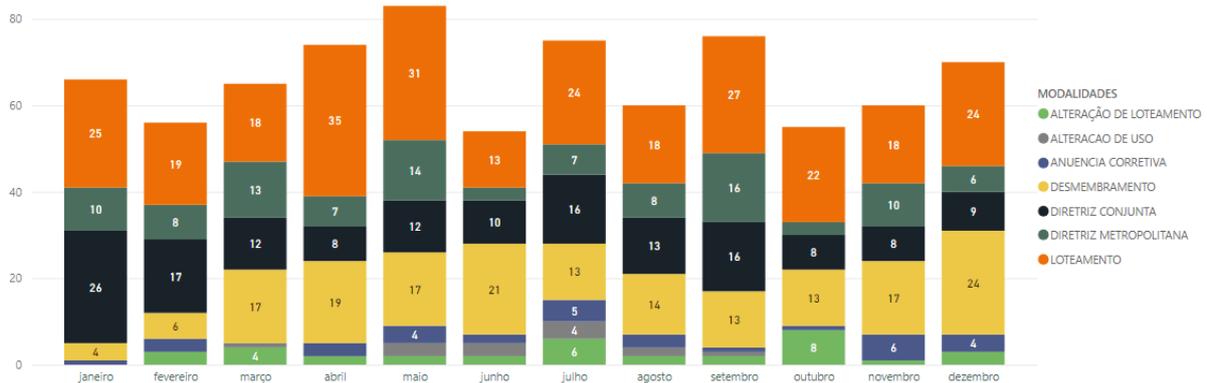
**ANUÊNCIAS EMITIDAS:
72**

**DIRETRIZES EMITIDAS:
54**

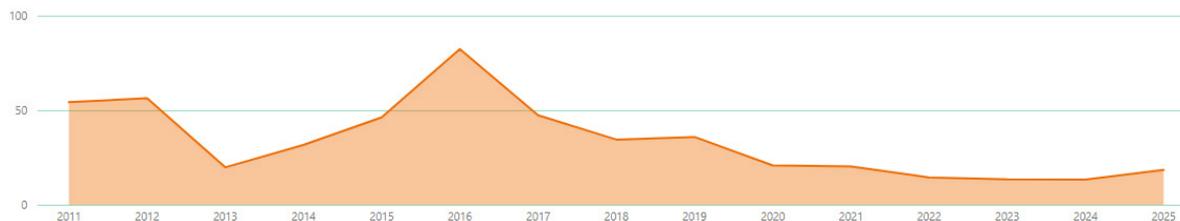
NÚMEROS DA GAOT EM 2024

Anuências prévias emitidas	72
Diretrizes metropolitanas emitidas	54
Total de análises realizadas	795
Processos tramitados	282

HISTÓRICO DE ANÁLISES POR MODALIDADE



TEMPO MÉDIO DE ANÁLISE



NÚMERO DE ANÁLISES VS TEMPO MÉDIO DE ANÁLISE

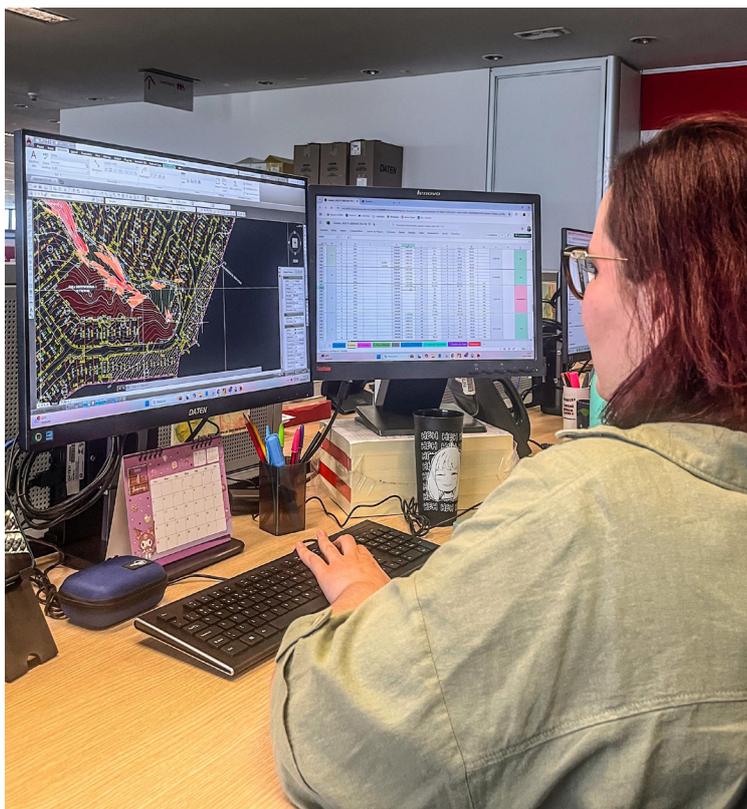


Impacto e Investimento

O ano de 2024 foi marcado por avanços significativos que consolidam a atuação da Agência RMBH como referência em inovação e eficácia no uso de novas tecnologias para a fiscalização e ordenação do solo. Os recursos investidos resultaram em processos mais ágeis e transparentes, diretamente impactando a vida dos cidadãos mineiros.

A Gerência de Fiscalização contribuiu para um aporte de R\$ 178.472,95 ao Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, por meio dos recebimentos relativos aos pagamentos de multas nos processos de regularização urbanística.

A Gerência de Apoio a Ordenamento Territorial, contribuiu para um aporte orçamentário de R\$1.181.451,60, por meio dos processos de Licenciamento Urbanístico Metropolitano.



PROJETOS: Planejamento Metropolitano

A Diretoria de Planejamento Metropolitano, Articulação e Intersectorialidade tem como competência promover o planejamento integrado da RMBH e as articulações institucionais pertinentes, com atribuições de:

- Promover a elaboração, a revisão e a implementação do PDUI;
- Apoiar os municípios na elaboração e na implementação de planos, programas e projetos de impacto metropolitano;
- Propor e articular parcerias com organismos públicos e privados, visando à promoção de ações integradas na RMBH e Colar Metropolitano;
- Propor normas, diretrizes e critérios para compatibilizar os planos diretores dos municípios integrantes da RMBH com o PDUI, no tocante às funções públicas de interesse comum;
- Acompanhar e avaliar a execução dos planos e programas aprovados para a RMBH;
- Identificar e negociar recursos técnicos e financeiros, públicos ou privados, para investimento ou financiamento de planos, programas e projetos relacionados às funções públicas de interesse comum;
- Articular-se com órgãos e entidades do Estado visando à viabilização da captação de recursos e parcerias demandados;



Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDUI-RMBH)

O PDUI consiste no principal instrumento de planejamento da metrópole, e é guia para a gestão das funções públicas de interesse comum e do ordenamento territorial da região metropolitana de Belo Horizonte. A atualização do plano tem o objetivo incorporar as transformações ocorridas na última década e atender aos requisitos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole).

É atribuída à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte- Agência RMBH - pela Lei Complementar nº 107, de 2009 a elaboração do PDUI, o qual teve sua primeira versão publicada em 2011.

A Agência RMBH deu início ao processo de atualização do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte através da publicação do Edital de Licitação e Pregão Eletrônico nº 07/2021, o qual foi finalizado no dia 12 de novembro de 2021 com a seleção do Consórcio PDUI-RMBH Sustentável.

No ano de 2023 passou a se chamar Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDUI-RMBH, e sua conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2025. Os documentos referentes à atualização do PDUI-RMBH disponíveis em <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/central-de-conteudos-pddi/>

O **Termo de Referência** estabelece as seguintes etapas e produtos para o processo de atualização do PDUI-RMBH:



Etapa Preliminar – E0:

- Produto 1 - Plano de Trabalho: apresentação do Plano de Trabalho contendo as metodologias e ferramentas que serão utilizadas no desenvolvimento de cada um dos produtos bem como o detalhamento dos produtos e subprodutos a serem entregues. O Plano de Trabalho deve conter uma seção de Introdução, uma seção de Escopo do Trabalho, uma seção de Metodologia, uma seção com o Cronograma das Atividades, e uma seção contendo o Plano de Comunicação e Participação Social. O plano de comunicação e participação social orienta as ações meio, formato, ferramentas, público-alvo e momentos e estratégias de mobilização social, distribuição territorial dos eventos, momentos de participação social, e inserção das instâncias de governança.

Etapa Diagnóstico - E1:

- Produto 2 - Diagnóstico: realização de atualização de estudos quantitativos e qualitativos, gráficos e material no qual o PDDI foi elaborado, bem como a análise setorial do estado de cada função pública de interesse co-

mun, incluindo os eventuais planos setoriais existentes nos diferentes níveis de governo e avaliação de impacto das legislações estaduais atuais de forma a enquadrar o escopo metropolitano nas políticas públicas morando integração de esforços. O produto 02 deverá englobar ainda o mapeamento do espaço metropolitano; diagnóstico da dinâmica econômica regional; diagnóstico do processo de expansão urbana; avaliação de planejamento e das regulações urbanísticas dos municípios que integram a Região Metropolitana; atualização dos diagnósticos que dizem respeito as condições de preservação e recuperação do patrimônio cultural e ambiental, considerando o aproveitamento de recursos hídricos, provimento e eficiência dos sistemas de infraestrutura urbana; diagnóstico de cada função pública de interesse comum, contendo as responsabilidades e atribuições dos órgãos e entidades de cada esfera do governo.

Etapa Proposições - E2:

- Produto 3 - Diretrizes Metropolitanas para as Funções Públicas de Interesse Comum: deve trazer expressamente para cada uma das funções públicas de interesse comum, diretrizes de curto, médio e longo prazo, bem como os indicadores de cunho metropolitano.
- Produto 4 - Políticas Metropolitanas e Projetos Estratégicos: deve apresentar uma reorganização, reavaliação e priorização das políticas e projetos contidos no PDDI-RMBH, alinhados com diretrizes metropolitanas detalhadas e definidas no Produto 03.
- Produto 5 - Macrozoneamento Metropolitano: adequação da proposta de macrozoneamento entregue no Projeto de Lei Complementar nº 74/2017 deve se dar em processo participativo e conter ajustes pontuais.
- Produto 6 - Propostas de financiamento e instrumentos de gestão metropolitana.
- Produto 7 - Sistemática de acompanhamento e monitoramento das disposições do PDDI-RMBH, incluindo instituições e instâncias de governança envolvidas, as diferentes responsabilidades.

Etapa Encerramento - E3

- Produto 8 - Resumo Executivo.
- Produto 9 - Minuta do Projeto de Lei: tradução do Projeto de Atualização do PDDI-RMBH para uma minuta de projeto de lei, incluindo Macrozoneamento Metropolitano.

O PDUI possui quatro Eixos Integradores e políticas de Dimensão Estruturante, totalizando 28 políticas organizadas em Programas e projetos. Essa atualização visa assegurar que o plano esteja alinhado com as necessidades atuais da RMBH e contribua para o desenvolvimento sustentável da região. Abaixo, apresentamos os produtos entregues até o final de 2024:

2023

- Produto 01 – Plano de Trabalho
- Produto 02 – Diagnóstico
- Produto 03 – Diretrizes Metropolitanas para as Funções Públicas de Interesse Comum – Consulta Pública de 04 a 13/12/23 e Oficina Participativa 13/12/2023;

2024

- Produto 04 – Políticas Metropolitanas e Projetos Estratégico - Realização de quatro Oficinas Participativas realizadas de 11 a

14/03/2024. Realização de reuniões com os gestores dos órgãos estaduais realizadas de 06/03/2024 à 24/04/2024. Produto também discutido no 2º ciclo de audiências públicas de 29/04/2024 à 04/06/2024;

• Produto 05 – Macrozoneamento Metropolitano – Realização de reuniões com todos os municípios da RMBH, divididos em 5 vetores, realizadas de 16 a 19/04/2024. Produto também discutido no 2º ciclo de audiências públicas de 29/04/2024 à 04/06/2024; Oficinas do Macrozoneamento previstas para novembro e dezembro/2024

• Formalização de Acordo de Cooperação Técnica para conjugação de esforços entre Agência RMBH e a SEDESE para a realização de Consulta Livre, Prévia e Informada - CLPI aos Povos e Comunidades Tradicionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDUI-RMBH, que está em processo de atualização pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH (conforme SEI 2430.01.0000600/2021-02).

• Realização do Produto 5 – Macrozoneamento, com oficinas públicas em que a RMBH foi dividida em 5 grupos de municípios (eixos), e cada uma foi destinada a discutir o macrozoneamento em detalhe, especialmente para aquela área selecionada e seus impactos nos municípios, conforme abaixo.

Oficinas
Públicas:



- **Norte:** Baldim, Capim Branco, Confins, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo e São José da Lapa;
- **Leste:** Caeté, Nova União, Raposos, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, Taquaraçu de Minas e Nova União;
- **Sul:** Brumadinho, Ibirité, Mário Campos, Nova Lima, São Joaquim de Bicas e Sarzedo;
- **Sudoeste:** Florestal, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Mateus Leme e Rio Manso;
- **Oeste:** Belo Horizonte, Betim, Contagem, Esmeraldas, Juatuba e Ribeirão das Neves.

Como continuidade da atualização, para 2025 estão previstas as seguintes entregas:

Realização de **Consulta Livre, Prévia e Informada - CLPI** aos Povos e Comunidades Tradicionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDUI-RMBH;

Produto 05 – Macrozoneamento Metropolitano

Produto 06 – Propostas de Financiamento e Instrumentos de Gestão

Produto 07 – Sistemática de Acompanhamento e Monitoramento

Produto 08 – Resumo Executivo

Produto 09 – Minuta de Projeto de Lei



Construção do processo participativo do PDUI-RMBH

Abaixo, apresentamos as principais atividades participativas do processo de atualização do PDUI-RMBH:

- 1º ciclo de audiências públicas de 31/07 a 29/08/2023 - Foram 1189 pessoas inscritas e 936 pessoas com presença confirmada (números obtidos no site de inscrições Sympla; Transmissões das audiências: <https://www.youtube.com/@agenciarmbh538/streams>. O 1º Ciclo de Audiências Públicas foi realizado para conclusão do Produto 2 - Diagnóstico, promovendo a participação transparente e democrática, visando ao exercício do direito de manifestação sobre o documento elaborado. Foram 17 (dezessete) audiências públicas ocorridas no período de 31/07 a 29/08/23, em que a equipe da Agência RMBH apresentou o diagnóstico para validação e coleta de percepções. Cada uma dessas audiências foi direcionada a dois municípios, garantindo a cobertura de todos os 34 municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte;



- Consulta Pública disponível durante a realização do 1º ciclo de audiências públicas: Ao todo foram 69 contribuições recebidas;

- Reunião com Povos e comunidades tradicionais para tratar do PDUI-RMBH, solicitada por eles no dia 14/11/2023 - contou com a participação de 29 pessoas e possui 89 visualizações no canal de Youtube da Agência RMBH.

- Consulta Pública de 04/12 a 13/12/23 referente ao Produto 3 - Ao todo foram recebidas 14 contribuições;

- Oficinas Participativas 13/12/2023 para discussão do Produto 3 - As inscrições para o evento foram feitas no Sympla e o site registrou a inscrição de 88 participantes; durante a realização das oficinas foram recebidas 18 contribuições para a temática de Desenvolvi-

mento Econômico, 18 para mobilidade, 44 para meio ambiente e 7 para Ordenamento Territorial e Habitação, totalizando 87 contribuições. As oficinas constam no canal de youtube da Agência RMBH: <https://www.youtube.com/@agenciarmbh538/streams> onde até o momento constam ao todo 237 visualizações.

- Consulta Pública realizada de 04 a 22/03/2024 para apresentação do Produto 4 - Ao todo foram recebidas 27 contribuições;

- Realização de quatro Oficinas Participativas realizadas de 11 a 14/03/2024 referentes ao Produto 4 - As inscrições para as Oficinas Participativas foram feitas no Sympla e o site registrou a inscrição de 69 participantes; durante a realização das oficinas foram recebidas 13 contribuições para a temática de Desenvolvimento Econômico, 16 para mobilidade, 19 para meio ambiente e 14 para Ordenamento Territorial e Habitação, totalizando 62 contribuições.

- Realização de reuniões com os gestores dos Órgãos Estaduais realizadas de 06/03/2024 a 24/04/2024 para solicitação de análise dos Produtos 3 e 4; A Agência RMBH se reuniu com os representantes dos seguintes órgãos: IGAM, SEDESE, SEJUSP, COHAB, IEF, SES, INDI/INVEST MINAS, SEC-GERAL, SECULT, ARSAE, SEMAD, SEPLAG e SEDE.

- 2º ciclo de audiências públicas de 29/04/2024 a 04/06/2024 - Foram 822 pessoas inscritas e 612 pessoas com presença confirmada, e as transmissões das audiências podem ser acessadas no link: <https://www.youtube.com/@agenciarmbh538/streams>. O 2º Ciclo de Audiências Públicas ocorreu no período de 29/04/2024 a 04/06/2024 nos 17 municípios que não sediaram as audiências do 1º Ciclo, garantindo a cobertura de todos os 34 municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte, com o objetivo de apresentar o Produto 04, que contém as Políticas Metropolitanas e Projetos Estratégicos, bem como iniciar o debate acerca do Produto 05 - Macrozoneamento da região metropolitana.





- Consulta Pública disponível durante a realização do 2º ciclo de audiências públicas: Ao todo foram recebidas 11 contribuições;
- Realização de cinco reuniões com todos os municípios da RMBH, divididos em cinco vetores, realizadas de 16 a 19/04/2024.
- As oficinas de discussão do Macrozoneamento Metropolitano realizadas de 25/11/2024 a 03/12/2024 contaram com 341 participantes, divididos entre os cinco vetores, e já contam com mais de 335 visualizações no canal da Agência RMBH no Youtube.

Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social (PMHIS-RMBH)

O Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social - PMHIS-RMBH - foi desenvolvido em atendimento às demandas aprovadas pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano – CDDM-RMBH durante o período de agosto de 2023 a outubro de 2024, sob a coordenação da Agência RMBH, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano. Com a finalidade de garantir o interesse comum no enfrentamento das necessidades habitacionais da RMBH, consolida-se como instrumento que efetiva o instruído pela política nacional de habitação, orientando a implementação das políticas habitacionais do estado e dos municípios, em sintonia com os objetivos do planejamento do desenvolvimento da região. Trata-se de conferir às ações habitacionais realizadas no âmbito do território metropolitano um caráter mais estratégico, vinculando-as às políticas e diretrizes do desenvolvimento territorial estabelecidas para a região pelo Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e demais planos setoriais.

Por se tratar de um plano com abrangência regional, o fortalecimento da gestão interfederativa é uma necessidade. Reforça-se, neste campo, o plano enquanto um pacto e, para isto, seu processo de elaboração deve

buscar o engajamento dos municípios. A adesão municipal ao plano regional é uma meta a ser fortalecida em um ambiente onde a autonomia municipal é garantida no pacto federativo constitucional. Por fim, o reconhecimento das distintas realidades e problemas de moradia torna-se uma exigência, tendo em vista a diversidade existente na área de abrangência do PMHIS-RMBH: 34 municípios que compõem a Região Metropolitana e os 16 municípios que compõem o Colar Metropolitano.



Estimativa do Déficit dos Municípios da RMBH e Colar Metropolitano por Componentes (2022)

TERRITÓRIO	DÉFICIT TOTAL	FAMÍLIAS CONVIVENTES	DOMICÍLIO CÔMODO	RÚSTICOS	ÔNUS
RMBH	113.277	20.722	1.206	99	91.250
Belo Horizonte	62.081	11.338	537	0	50.206
Demais municípios RMBH	51.196	9.384	669	99	41.044
Colar Metropolitano	11.171	2.048	146	20	8.955

De forma geral, o PMHIS-RMBH visa analisar as necessidades habitacionais na RMBH e Colar Metropolitano. Seu objetivo principal é estabelecer novas condições de gestão da política habitacional metropolitana, indicando direções inovadoras que contribuam para a redução significativa das necessidades habitacionais presentes e futuras dos municípios metropolitanos. Com o propósito de integrar políticas, capacidade técnica e o financiamento governamental, bem como articular agentes públicos, privados e sociais que atuam na provisão da HIS e na produção do espaço urbano, o Plano aponta prioridades habitacionais, identificando o interesse comum e consequentes demandas para o fortalecimento da gestão interfederativa.

Os objetivos específicos incluem definir linhas de ação prioritárias para a produção de moradias, melhorias em habitações precárias e urbanização de áreas ocupadas espontaneamente, integrar políticas urbanas na RMBH, estabelecer diretrizes de governança interfederativa, levantar dados habitacionais metropolitanos para subsidiar o planejamento urbano e para subsidiar ações de Regularização Fundiária Urbana, criar um sistema de cadastro único para demanda habitacional na região e propor um plano de comunicação e mobilização social para difundir informações sobre a implementação do PMHIS-RMBH.

O Plano contempla propostas que auxiliam na capacitação institucional interfederativa e dos municípios, estabelece diretrizes e metas estratégicas para a política habitacional metropolitana e classifica os municípios por meio de instrumento que, adotando critérios multissetoriais, permite a identificação de grupos de demanda. Ainda, o Plano propõe programas e projetos de ação regional prioritários para fomentar um desenvolvimento habitacional adequado e contribuir para o enfrentamento das necessidades habitacionais da região pelos municípios, com ênfase em iniciativas associadas entre setor público, privado e social. Promove uma visão regionalizada do tema e busca fortalecer a sinergia e a ação articulada dos municípios, melhorando a

capacidade de gestão e de avaliação das ações públicas de enfrentamento dos problemas.

A etapa de diagnóstico produziu informações nas escalas da região metropolitana, da divisão territorial metropolitana indicada pela Agência RMBH para este Plano (vetores), e na escala dos municípios, incluindo o Colar Metropolitano.

Na fase propositiva, estabeleceu estratégias orientadoras voltadas para o território e municípios metropolitanos. Embora o Plano de Ação não contemple os municípios do Colar Metropolitano (por competência estabelecida na normativa legal), considera-se relevante sua contribuição para estes municípios como orientação na elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social - PLHIS, e pelo conjunto de dados sistematizados, que auxiliam na elaboração dos diagnósticos habitacionais municipais.

O PMHIS-RMBH contemplou cinco produtos principais. A primeira etapa estabeleceu as estruturas, as instâncias participativas e de elaboração do Plano, e os procedimentos necessários à realização das etapas subsequentes, resultando no Produto 01 – Plano de Trabalho.

Na etapa 2 foi elaborado o diagnóstico habitacional da RMBH e Colar Metropolitano resultando em dois produtos: o documento do Diagnóstico Habitacional – Produto 02a – e o relato da oficina participativa – Produto 02b.

A etapa 3 estabeleceu o escopo estratégico e operacional do PMHIS-RMBH, onde são definidas as estratégias de ação, prioridades, programas e metas para enfrentamento do cenário identificado no diagnóstico e consolida o Produto 03, e acompanha o relatório de registro da oficina participativa - Produto 03b.

Perpassa todo o trabalho, o planejamento e execução das ações de mobilização e comunicação da sociedade durante a elaboração do PMHIS-RMBH e para sua implementação, que ficam registradas no Produto 04 Plano de Comunicação Social e Mobilização (Produto 4a e Produto 4b).

Ao final, foi produzido um Resumo Executivo que consolidou na forma de síntese os principais conteúdos das três etapas de elaboração do PMHIS –

RMBH e corresponde ao Produto 05.

A elaboração do Plano prezou pela participação em todo o seu processo, uma vez que as atividades proporcionam momentos de troca de ideias e colaboração para que o plano esteja condizente com a realidade da RMBH e expectativas da população e gestões municipais.

Foram realizadas oficinas participativas, previstas como atividades de coleta de dados quantitativos e qualitativos, em diálogo com atores institucionais e sociais vinculados à política habitacional nas diferentes escalas estadual, regional e municipal, e instituídos dois espaços de diálogo institucionais: o Fórum de Gestores, com o objetivo sensibilizar e mobilizar os gestores públicos, e coletar dados junto aos municípios; e o Fórum de Entidades, atividade voltada para entidades da sociedade civil que atuam na RMBH e Colar Metropolitano com o objetivo de mobilizar estes agentes para a troca de saberes e a construção coletiva do quadro de desafios, potencialidades e expectativas com a política de habitação de interesse social a ser proposta pelo PMHIS-RMBH.

Ainda, foram realizadas Atividades Públicas ao final de cada etapa – Diagnóstico e Diretrizes Estratégicas para a Ação – como estratégia de apresentar e divulgar o resultado da etapa e coletar as contribuições da sociedade.



Diagnóstico Habitacional da RMBH

O Diagnóstico Habitacional do PMHIS-RMBH sistematizou dados e informações nas escalas municipal e regional, complementou análises e promoveu debates junto aos agentes estaduais, municipais e sociedade com a finalidade de identificar as pautas prioritárias para o enfrentamento dos problemas habitacionais da RMBH e Colar Metropolitano e os territórios onde deve predominar o interesse comum.

Atividades da Etapa Diagnóstico:



Fonte: Agência RMBH, 2024a. Elaborado por Latus Consultoria

Foram estruturados 04 (quatro) Eixos Temáticos, em torno dos quais foram organizadas as pautas propostas pelo Termo de Referência, e outras identificadas como necessárias para a abordagem transdisciplinar da temática, contemplando aspectos sociais, econômicos e ambientais do desenvolvimento territorial e sua gestão. Cada eixo foi objeto de uma análise setorial crítica que identificou temas e questões prioritárias (desafios e potenciais), auxiliando na compreensão e caracterização da diversidade socioterritorial, econômica e de gestão institucional dos municípios que compõem a RMBH e o Colar Metropolitano, e suas necessidades habitacionais.



EIXOS TEMÁTICOS	CONTEÚDOS MÍNIMOS
EIXO DE ANÁLISE 1: Contexto Socioeconômico e Territorial	<p>Caracterização da RMBH com relação à evolução urbana e histórico habitacional;</p> <p>Caracterização da dinâmica territorial e do mercado imobiliário na RMBH;</p> <p>Caracterização econômica e demográfica regionais, com dados por município e diagnóstico metropolitano, com projeção demográfica para os períodos de 10, 20 e 30 anos;</p> <p>Análise urbanística da RMBH + Colar Metropolitano quanto às redes de infraestrutura, mobilidade, acessibilidade e acesso aos serviços públicos.</p>
EIXO DE ANÁLISE 2: Demandas Habitacionais	<p>Análise e projeção do déficit habitacional da RMBH e do Colar Metropolitano, incluindo inadequação de domicílios, e delimitação de assentamentos precários na RMBH e no Colar Metropolitano;</p> <p>Levantamento e mapeamento dos Núcleos Urbanos Informais para fins de Regularização Fundiária Urbana (Reurb);</p> <p>Mapeamento das áreas de risco como componente da demanda por infraestrutura urbana e produção habitacional;</p> <p>Identificação das demandas especiais dos grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários e demandas provenientes de obras públicas estruturantes relativas a saneamento ou sistema viário;</p> <p>Identificação da população em situação de rua e suas dinâmicas de deslocamento territorial, comunidades tradicionais e população cigana residentes na RMBH e Colar Metropolitano.</p>
EIXO DE ANÁLISE 3: Produção e Oferta Habitacional	<p>Caracterização da oferta habitacional por meio do estudo de: áreas vazias, edificações desocupadas e domicílios vagos passíveis de destinação para a habitação de interesse social;</p> <p>Identificação dos resultados esperados da produção habitacional pública e privada destinada à população de baixa renda;</p> <p>Identificação de planos e ações habitacionais financiados ou executados diretamente pelas administrações locais, pelos demais entes federativos ou outros;</p> <p>Identificação da elaboração atual de projetos em andamento para produção de HIS.</p>
EIXO DE ANÁLISE 4: Gestão Habitacional e Capacidades Institucionais e Sociais	<p>Caracterização da política habitacional e condições institucionais dos municípios metropolitanos e do Colar Metropolitano;</p> <p>Análise dos instrumentos legais existentes nas esferas de governo, relatando a sua eficácia e apontando as adequações necessárias à realidade da RMBH e Colar Metropolitano;</p> <p>Análise da capacidade municipal de gestão do solo visando a oferta de terra urbanizada.</p>

Fonte: Agência RMBH, 2024a. Elaborado por Latus Consultoria

Classificação dos municípios:

Em complemento aos eixos temáticos, o Diagnóstico Habitacional do PMHIS-RMBH apresentou uma classificação e identificação dos municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano. A classificação e identificação dos municípios, conforme suas características, bem como o entendimento das nuances e necessidades específicas, é um processo essencial para desenvolver estratégias habitacionais adaptadas às realidades locais e para a formulação de políticas habitacionais eficazes e direcionadas, que visam facilitar a definição de metas claras e alcançáveis na presente etapa de proposição para as questões habitacionais.

Variáveis Consideradas

DIMENSÃO / VARIÁVEIS

Território e Desenvolvimento

V01	Conurbação
V02	Crescimento Populacional
V03	Pobreza Multidimensional
V04	Crescimento Área Urbanizada
V05	Condicionantes Ambientais
V06	Porte Populacional
V07	Mobilidade

Necessidades Habitacionais

V08	Déficit Proporcional
V09	Núcleos Urbanos Informais (NUI)
V10	NUI precários/improvisados
V11	NUI ausência de infraestrutura
V12	Conflitos Fundiários
V13	População em situação de rua
V14	Comunidades tradicionais

Produção e Oferta

V15	MCMV-FAR contratadas até 2012
V16	Agentes de produção social
V17	Domicílios Vagos

Institucional

V18	Existência setor de habitação
V19	Existência Plano, Conselho ou Fundo
V20	Existência Cadastro ou Programa
V21	Existência ZEIS ou AEIS
V22	Regulação Loteamentos
V23	Plano Diretor Atualizado

RMBH: PONTUAÇÃO / MUNICÍPIO

74	Juatuba
76	Ribeirão das Neves
71	Santa Luzia
70	Ibirité
70	Jaboticatubas
68	Betim
68	Confins
68	São Joaquim de Bicas
67	Pedro Leopoldo
66	Mário Campos
65	Taquaraçu de Minas
65	Mateus Leme
65	Esmeraldas
64	Sabará
64	Vespasiano
62	Contagem
62	Nova União
62	Igarapé
60	Belo Horizonte
60	Raposos
60	Sarzedo
59	Brumadinho
59	Capim Branco
59	Florestal
59	São José da Lapa
58	Nova Lima
55	Rio Acima
54	Rio Manso
53	Itatiaiuçu
53	Lagoa Santa

51	Caeté
48	Baldim
48	Matozinhos
45	Itaguara

COLAR: PONTUAÇÃO / MUNICÍPIO

58	Bonfim
58	Moeda
56	Prudente de Morais
53	Belo Vale
50	Itabirito
48	Bom Jesus do Amparo
48	Fortuna de Minas
47	Funilândia
46	São José da Varginha
46	Itaúna
46	Pará de Minas
42	Sete Lagoas
42	Santa Bárbara
41	Inhaúma
40	Barão de Cocais
40	São Gonçalo do Rio Abaixo

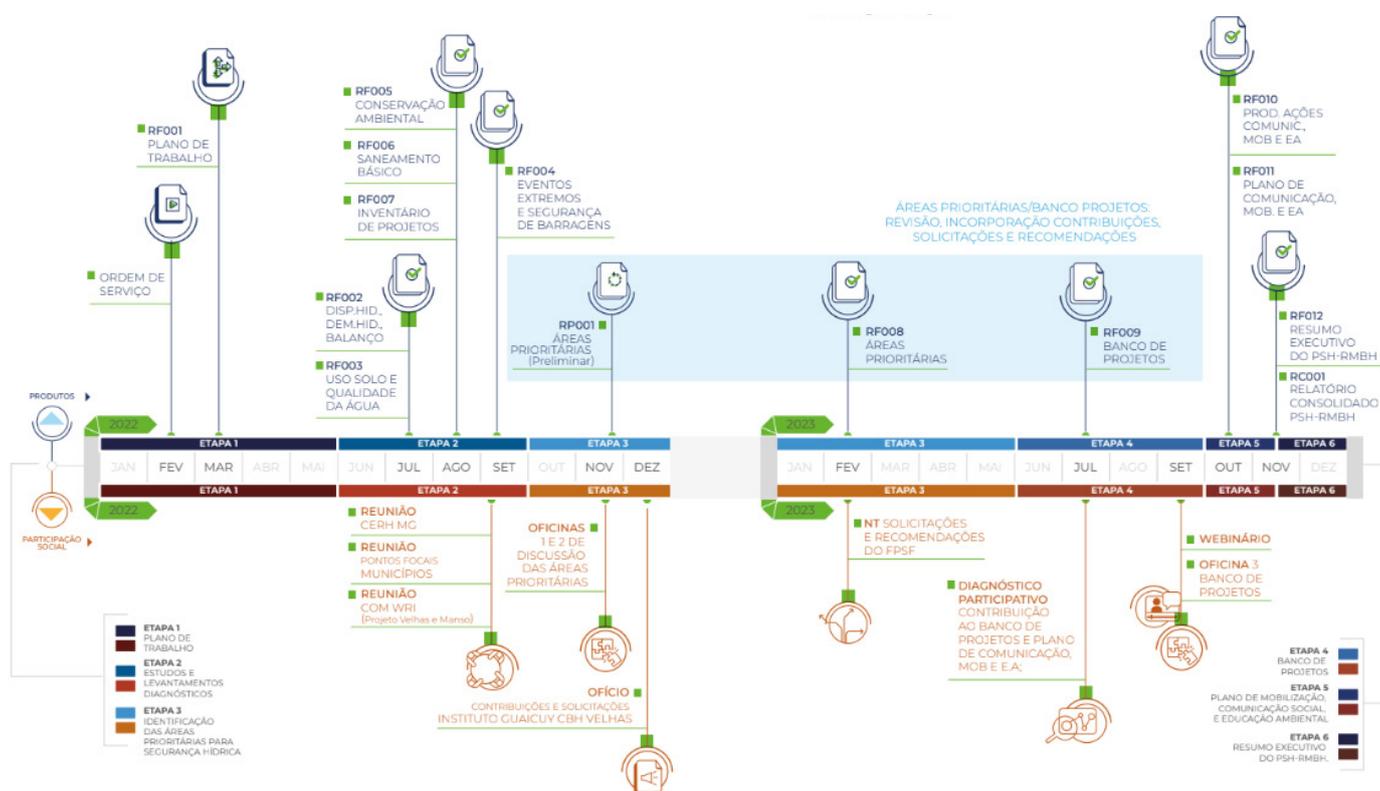
DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA AÇÃO

O PMHIS-RMBH estima a totalidade das questões relacionadas às necessidades habitacionais da RMBH e Colar Metropolitano, estabelece as prioridades de atendimento pelos investimentos públicos e instrui a Política Metropolitana de Habitação de Interesse Social. Entende-se como “PMHIS-RMBH” o conjunto de orientações, programas e ações a serem implementadas ou fomentadas pela Agência RMBH, para promover o atendimento das necessidades habitacionais existentes e contribuir para ampliar o acesso à moradia da população, focando prioritariamente nas famílias de baixa renda.



PLANO DE SEGURANÇA HÍDRICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (PSH-RMBH)

A Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH -, em parceria com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM – Elaborou no ano de 2023 o Plano de Segurança Hídrica da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PSH-RMBH, de modo a contemplar iniciativas prementes em relação à segurança hídrica metropolitana. Além de subsidiar a gestão de recursos hídricos na RMBH, realizando amplo diagnóstico da temática, o PSH-RMBH definiu áreas prioritárias com vistas à segurança hídrica da região metropolitana, hierarquizando-as e estabelecendo a urgência para a implementação das ações. PSH-RMBH é uma ferramenta de planejamento metropolitano que procura não apenas garantir o acesso à água potável para a população, mas também promover a produção sustentável, a equidade social e a resiliência das comunidades, reconhecendo a água como um pilar fundamental que sustenta a vida em todas as suas formas. A linha do tempo abaixo informa visualmente as etapas desenvolvidas no trabalho de elaboração do PSH-RMBH:



O PSH-RMBH tem por objetivos:

- 1- Subsidiar a gestão dos recursos hídricos na RMBH;
- 2- Definir áreas prioritárias com vistas à segurança hídrica e estabelecer a urgência da implementação de ações de melhoria;
- 3- Propor um banco de projetos de ações estruturantes e não estruturantes de conservação/restauração, produção sustentável e uso racional da água, saneamento e controle da poluição, bem como garantir a quantidade e a qualidade do abastecimento de água da RMBH;
- 4- Propor um Plano de Comunicação, Mobilização e

Educação Ambiental para difundir informações e ampliar o conhecimento sobre o tema no contexto da implementação do PSH-RMBH.

A elaboração do PSH incluiu ao todo 6 produtos principais, que podem ser acessados no link <https://www.agenciarmbh.mg.gov.br/ps-h-rmbh/>:

- **Produto 1 - Plano de Trabalho** - Concluído em março de 2022
- **Produto 2 - Estudos e Levantamentos Diagnósticos**- Concluído em agosto de 2022
- **Produto 3 - Identificação das áreas prioritárias**

para segurança hídrica - Concluído em agosto de 2022

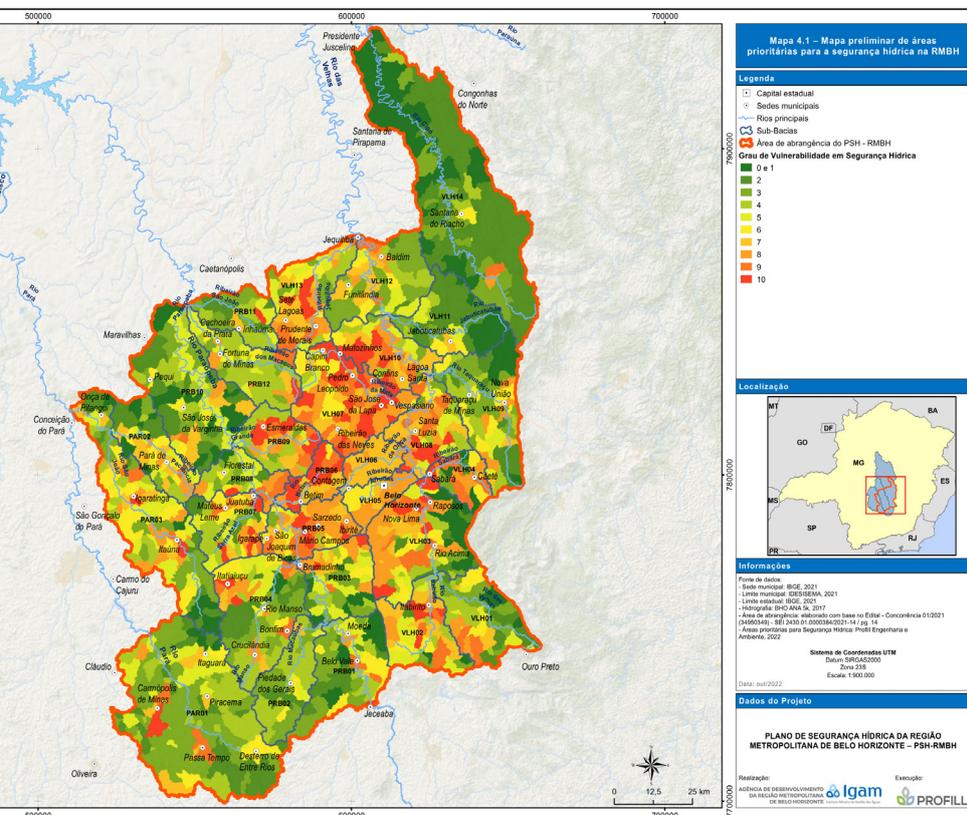
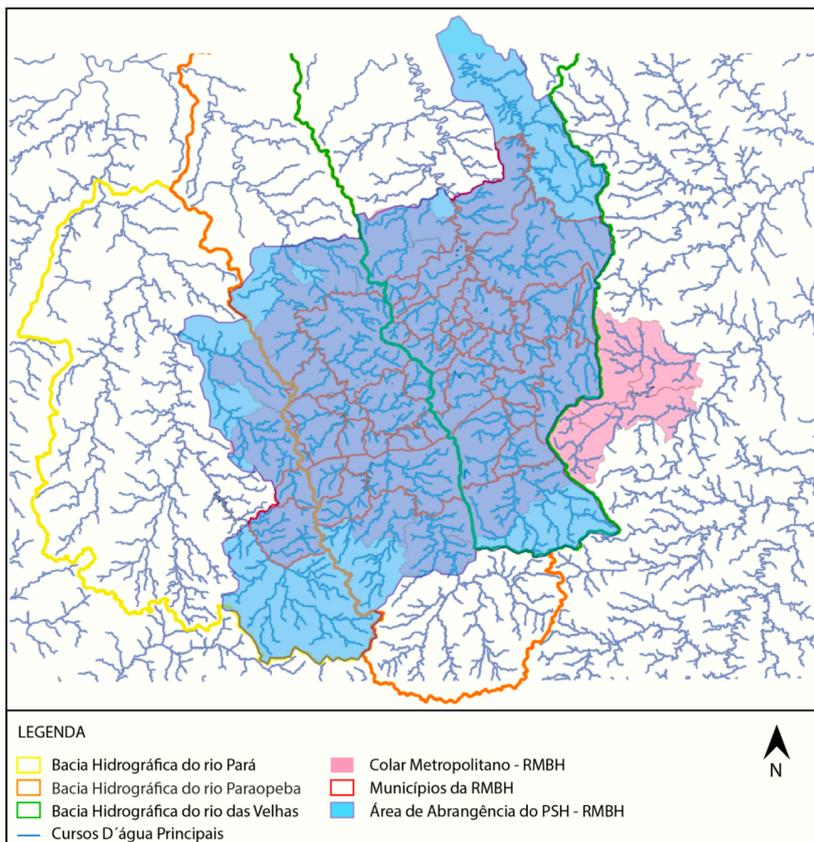
- **Produto 4 - Banco de Projetos** - Concluído em outubro de 2023
- **Produto 5 - Plano de Mobilização, Comunicação Social, e Educação Ambiental** - Concluído em setembro de 2023
- **Produto 6 - Resumo executivo do PSH-RMBH** - Concluído em dezembro de 2023

A área de abrangência do PSH-RMBH foi delimitada através da sobreposição dos limites da RMBH e do Colar Metropolitano com as Sub-bacias ou Unidades Territoriais Estratégicas - UTEs definidas para as bacias hidrográficas do rio das Velhas, rio Paraopeba e rio Pará e adotadas nos seus respectivos Planos Diretores de Recursos Hídricos. Dessa forma, o limite municipal não foi critério preponderante para a delimitação da área de abrangência do PSH-RMBH, sendo as delimitações das Sub-bacias ou UTEs a referência principal utilizada, uma vez que se trata da Segurança hídrica da Região Metropolitana de Belo Horizonte, alinhando-se este planejamento ao referencial geográfico adotado nos Planos Diretores de Recursos Hídricos das três principais bacias metropolitanas, uma vez que são os instrumentos de planejamento e gestão legalmente instituídos. O Mapa abaixo sintetiza esta sobreposição realizada e apresenta a área de abrangência do PSH-RMBH que, diante do olhar integrado e sensível à questão hídrica, agrega 71 municípios ao estudo, extrapolando os limites municipais delimitados para a RMBH:



Como principal resultado, tem-se um Plano governamental completo, com diagnóstico robusto sobre a situação hídrica da RMBH e a delimitação de propostas e projetos para o planejamento da gestão hídrica, conformando-se em subsídio para a definição e detalhamento de ações e intervenções estratégicas.

Com base em diversas fontes importantes de dados e pesquisas, o PSH-RMBH estabeleceu diagnósticos e mapeamentos multidimensionais, incluindo: o uso e cobertura do solo metropolitano; a avaliação sobre o grau de conservação das Áreas de Proteção Permanente (APPs); a disponibilidade hídrica superficial (por trecho de rio) e subterrânea (por sub-bacia); a modelagem da qualidade da água e estimativa da vulnerabilidade dos aquíferos; as demandas hídricas superficiais; o balanço hídrico superficial e subterrâneo; a infraestrutura



(captações, adutoras e Estações de Tratamento de Água) de abastecimento de água existentes na área de abrangência do PSH-RMBH; índices relacionados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos; a avaliação sobre a suscetibilidade aos eventos extremos; a avaliação sobre a segurança de barragens, áreas vulneráveis e a localização de sistemas de abastecimento em locais de média e alta vulnerabilidade.

A partir do diagnóstico, foi realizado o Mapeamento das Áreas Prioritárias para a Segurança Hídrica, incluindo-se, aqui, processo participativo de grande relevância. Foram elaborados seis mapas temáticos: Conservação Ambiental; Recuperação Ambiental; Produção Sustentável; Garantia de acesso a água em quantidade; Garantia de acesso a água em qualidade; Adaptação a eventos extremos, e o mapa de avaliação final integrada, elaborado a partir da soma dos anteriores, pode ser visto ao lado.

A partir dos mapas prioritários, foi proposto o Banco e Projetos conforme os eixos do PSH-RMBH. O Banco contempla 4 Eixos, 12 Programas e 35 Ações. Para cada Ação é apresentado: Justificativa, Objetivo, Atividades/Fluxo de Implementação, Diretrizes para a Execução onde são indicadas as áreas prioritárias por onde a Ação deve iniciar, Meta, Indicadores, Atores Intervenientes, Estimativa de Custos, Fontes de Recursos e Cronograma.

DADOS PSH-RMBH		
EIXO	Nº PROGRAMAS	Nº AÇÕES
Eixo 1: Conservação Ambiental	2	4
Eixo 2: Produção Sustentável	3	8
Eixo 3: Garantia de acesso a água	4	11
Eixo 4: eventos extremos	3	12
Total Geral	12	35

Ao todo estão sendo recomendadas 50 intervenções estruturais estratégicas para a segurança hídrica da RMBH: 21 para ampliação da oferta de água, 15 para ampliação da coleta e tratamento de esgoto e 14 para controle de cheias e adequação da macrodrenagem. A maior parte dessas intervenções é constituída por obras em andamento ou em licitação (70% do total), 6% por estudos, 22% por projetos básicos de engenharia e 2% por projetos executivos.

Ao longo do Banco de Projetos também foram propostos alguns estudos e planos para problemas identificados no Diagnóstico e sem indicativo de solução:

- Estudo de alternativas para a ampliação e diversificação das reservas hídricas da RMBH;
- Estudo de viabilidade técnica, econômica, sanitária e ambiental da recarga artificial de aquíferos;
- Desenvolvimento de sistema de gestão de riscos de desabastecimento da RMBH;
- Planos Municipais de Saneamento Básico;
- Estudo de viabilidade econômico-financeira e de impacto ambiental da desinfecção de efluentes das ETEs;
- Planos Municipais de Redução de Risco;
- Desenvolvimento de um sistema de previsão e alerta contra eventos extremos;
- Planos Diretores de Drenagem Urbana;
- Plano Diretor de Macrodrenagem do Alto Rio das Velhas.

O PSH-RMBH entrega também um Plano de Comunicação Social, Mobilização e Educação Ambiental, em que são propostos eventos públicos, capacitações em segurança hídrica e a produção de materiais educativos e de divulgação.

Como principais estratégias de implementação do PSH-RMBH, têm-se:

1. Articulação e pactuação com os atores intervenientes;
2. Reconhecimento e articulação com Acordos, TACs e outros compromissos já assumidos pelo estado e outras entidades;
3. Indicação de fontes para Captação de recursos financeiros;
4. Indicação de Governança e cooperação entre os órgãos e sociedade civil para implementação das ações;
5. Capacitação e assistência técnica aos municípios; e
6. Outros apontamentos, como: A criação de um GT de Segurança Hídrica e de um sistema de acompanhamento e monitoramento da implementação do PSH RMBH; além do fortalecimento da Agência RMBH como entidade executiva e de apoio às instituições do arranjo interfederativo da RMBH; a aproximação dos sistemas de licenciamento ambiental e emissão de outorgas de uso da água; além do fortalecimento do processo de fiscalização ambiental do uso e ocupação do solo e do uso de recursos hídricos.

Por fim, pode-se destacar os seguintes benefícios esperados a partir da implementação do Plano:

- a) Proteção dos mananciais de abastecimento;
- b) Recuperação de áreas chave para produção de água nas bacias hidrográficas e consequente aumento da disponibilidade hídrica;
- c) Aumento da segurança do abastecimento com a ampliação e diversificação das reservas hídricas, além de obras estratégicas previstas no TAC Águas e TAC Segurança Hídrica;
- d) Ampliação do acesso a água potável considerando as metas do Marco Legal do Saneamento Básico (atendimento de 99% da população com água potável até 2033);
- e) Redução das demandas para o abastecimento e atividades produtivas com a implementação de técnicas de uso eficiente da água, controle de perdas, tratamento de efluentes e reuso da água nos processos produtivos;
- f) Melhoria na qualidade da água com a ampliação dos índices de coleta e tratamento de esgotos dos municípios prioritários, considerando as metas do Marco Legal do Saneamento Básico (atendimento de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 2033);
- g) Redução da magnitude das enxurradas, inundações e alagamentos através da capacitação dos municípios para o manejo sustentável das águas pluviais; além de ações de varrição, carpina e desobstrução das redes de drenagem;
- h) Redução dos danos humanos e materiais ocasionados por eventos extremos com a preparação da população para percepção de riscos e enfretamento de desastres;
- i) Conscientização ambiental da população com o Plano de Comunicação, Mobilização e Educação Ambiental;

- j) Maior rigor no controle da documentação e das inspeções periódicas relacionadas à segurança de barragens;
- k) Adoção de práticas mais avançadas para o tratamento e disposição final dos rejeitos e efluentes líquidos da mineração, buscando a redução gradual das barragens de rejeito de minério a montante da RMBH.



HORIZONTES E PERSPECTIVAS

Este balanço de atividades reflete o compromisso da Agência RMBH com a modernização e transparência na gestão pública, a gestão eficiente e o planejamento metropolitano em busca da promoção do desenvolvimento urbano para todos os cidadãos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em 2025 a Agência RMBH procurará manter as discussões sobre a governança metropolitana em foco, entendendo que o diálogo com os municípios, mercado e sociedade civil é primordial para a execução das funções públicas de interesse comum e a efetivação do planejamento realizado.

No campo dos processos, a Agência RMBH pretende expandir as funcionalidades dos sistemas de BI da Diretoria e Regulação, fortalecendo a análise de dados para tomada de decisões e ampliando a visibilidade pública sobre os processos de fiscalização e anuência. Também, prevê-se a continuidade da capacitação dos servidores e a adoção de novas tecnologias que aprimorem o monitoramento e gestão territorial, além das ações estratégicas de atuação conjunta com os municípios metropolitanos.

No âmbito do Planejamento Metropolitano, a finalização do processo de atualização do PDUI-RMBH será a principal entrega. De forma concomitante e diante da finalização da elaboração dos Planos Metropolitanos de Segurança Hídrica e Habitação de Interesse Social, serão realizados esforços para a correta implementação dos planos e avanço das discussões temáticas.



AGÊNCIA

RMBH

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**